

Estudo denuncia produção de soja e cana em terras dos Guarani-kaiowá

Por Verena Glass | 24/10/12

Relatório detalha cadeias produtivas no Mato Grosso do Sul e aponta impactos da expansão do plantio. Documento ajuda no debate sobre responsabilidade de empresas nos conflitos envolvendo fazendeiros

O Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis (CMA) da ONG **Repórter Brasil** lançou nesta quarta-feira, 24, o relatório "**Em terras alheias – a produção de soja e cana em áreas Guarani no Mato Grosso do Sul**". Com base em dados de órgãos públicos e entrevistas *in loco* nas aldeias, o trabalho buscou mapear a incidência de produtores destas commodities em seis áreas no Estado: as Terras Indígenas (TIs) Jatayvary, Guyraroká, Takuara e Panambi-Lagoa Rica (já declaradas pela Funai), e as áreas Laranjeira Nhanderu e Guaiviry (em estudo pela Funai).



Indígena exhibe arco e flecha. Fotos: Verena Glass ([veja galeria de fotos no Picasa](#))

A divulgação do relatório acontece no momento em que os conflitos de terra entre indígenas e produtores rurais têm se acirrado no Mato Grosso do Sul. No período entre a realização das pesquisas, em julho deste ano, e sua divulgação, várias retomadas de terra pelos Guarani-kaiowá levaram a novos confrontos e reações extremadas por parte de fazendeiros, com ataques à bala a acampamentos e ameaças explícitas, como nos casos das áreas de Arroio Korá e Potrero Guasu, ambas em Paranhos.

Em agosto, cerca de 700 kaiowá retomaram parte da área de Arroio Korá, cuja homologação ocorreu em 2009, mas foi questionada na Justiça pelos fazendeiros (a decisão final sobre o processo está parada no Supremo Tribunal Federal). Logo após a retomada, o acampamento indígena foi atacado por diversas vezes por pistoleiros, sendo que o fazendeiro Luis Carlos da Silva Vieira, conhecido como "Lenço Preto", declarou, em entrevista gravada em vídeo, que lideraria "uma guerra contra os indígenas". Em outubro, a retomada da terra Potrero Guasu também sofreu ataque de pistoleiros.

Ja nesta segunda-feira, 22, o acampamento indígena na área de Laranjeira Nhanderu (uma das abordadas no estudo da **Repórter Brasil**) foi cercado por fazendeiros, que, de acordo com denúncias dos Kaiowá, fecharam o acesso e iniciaram o plantio de soja sobre a estrada que leva ao acampamento. Na última safra, afirmam os índios, a fumigação de veneno na lavoura já matou vários animais domésticos e intoxicou crianças.



Crianças tocam gansos que sobreviveram à fumigação da soja na última safra

Laranjeira Nhanderu e Guaiviry, as duas áreas ainda não reconhecidas pela Funai abordadas no relatório, são um exemplo da danosa morosidade do governo em resolver a situação conflituosa e finalizar os processos de demarcação das terras indígenas. Guaiviry foi palco, no final do ano passado, de um dos mais brutais casos de assassinato de uma liderança indígena, o cacique Nizio Gomes. Em julho, 18 acusados de participação no crime foram presos pela Polícia Federal (dados sobre os fazendeiros denunciados foram disponibilizados no relatório).

Insegurança jurídica

Por outro lado, interpretações desencontradas da Justiça acerca dos direitos constitucionais dos Guarani-kaiowá também têm contribuído para o clima de extrema insegurança entre os indígenas. No dia 5 de outubro, o Tribunal Regional da 3ª Região de São Paulo publicou um acórdão derrubando uma decisão anterior que garantia a posse indígena da aldeia de Paso Piraju, em Dourados, desde 2004 (Funai e MPF entraram com recurso, e a execução do despejo só se daria após a apreciação do mesmo).

Em 29 de setembro, a Justiça Federal de Navirai também ordenou o despejo da comunidade de Pyelito kue/Mbrakay, em Iguatemi, o que levou os indígenas a anunciar, em carta, a intenção de morrer na área caso a expulsão ocorra. “Sabemos que não temos mais chance em sobreviver dignamente aqui em nosso território antigo, já sofremos muito e estamos todos massacrados e morrendo em ritmo acelerado. Sabemos que seremos expulsos daqui da margem do rio pela Justiça, porém não vamos sair da margem do rio. Como um povo nativo e indígena histórico, decidimos meramente em sermos mortos coletivamente aqui. Não temos outra opção esta é a nossa última decisão unânime diante do despacho da Justiça Federal de Navirai-MS”.



Moradores da aldeia Laranjeira Nhanderu, cercada por fazendeiros na segunda-feira (22)

O reconhecimento legal, e também pelo setor produtivo, do direito das populações Guarani-kaiowá a terras ancestralmente por elas ocupadas, das quais foram expulsas tanto pelas políticas públicas do governo quanto pelo avanço do agronegócio, é essencial para a sobrevivência destas populações. Neste sentido, o relatório apresenta breves históricos dos processos de retomada das áreas estudadas, aponta os impactos da produção de commodities e lista propriedades privadas e produtores no interior desses territórios.

O mapeamento feito pela ONG **Repórter Brasil** ajuda na discussão sobre a corresponsabilidade da cadeia produtiva da soja e da cana nos problemas decorrentes da ocupação das terras Guarani-kaiowá pelo agronegócio. É fato que duas usinas no Estado, São Fernando e Raízen já se comprometeram a não mais comprar a produção de cana em áreas indígenas. Tal medida de responsabilidade socioambiental empresarial é um primeiro passo no reconhecimento dos direitos indígenas pelo setor produtivo, fazendo-se urgente sua adoção pelas demais usinas sucroalcooleiras, usinas de biodiesel, traders e cerealistas.



Foto: Aldeia da TI Guyraroka. Usina

Raízen não comprará cana de fazendas que incidem na área

Veja mais

[Baixe o estudo na íntegra em arquivo tipo PDF](#)

[Veja galeria de fotos das aldeias afetadas pela soja e cana](#)

Leia ainda

[Fazendeiros invasores armam resistência em Marãiwatsédé](#)

[Índios Marãiwatsédé renovam esperança de reaver terras](#)

[Semana de solidariedade ao povo Guarani-Kaiowá em São Paulo](#)

[Brasil deve explicações sobre consulta a povos afetados](#)

[Mato Grosso do Sul concentra assassinatos de indígenas](#)

[MPF questiona Funai e BNDES por conta da situação de indígenas](#)

[Indígenas temem impactos e demonstram desconfiança](#)

[Funai e MPF contestam ação que desalojou índios Mbya Guarani](#)

Sobre isso, leia também:

Estudo denuncia invasão de Terras Indígenas no Mato Grosso

Terra Indígena Maraiwatsede, dos índios Xavante, tem 90% de sua área tomada por fazendeiros. Dois projetos de soja são responsáveis pelo maior desmatamento em Unidades de Conservação do Estado, destaca [...]

Apoie a Repórter Brasil

saiba como

2 Comments



Antonio Rodrigues on 26 de outubro de 2012 at 22:38

Recebem empréstimos subsidiados, do governo, para plantar em terras endígenas, comprar caminhonetes, comprar deputados para aprovar o código florestal, e destruir nossas floresta. Deveriam ser expulsos do país, não são brasileiros são usurpadores, grande parte de suas terras que dizem devolutas não são devolutas, pertencem ao povo brasileiro, por isso não tem o direito de destruí-las. São parasitas.

[Reply](#)



Hugo MS on 13 de novembro de 2012 at 9:50

Depois de gastar tanto tempo e andar um monte em terras do Estado do MS é "duro" descobrir que as informações dessa reportagem são FURADAS e que a ONG Reporter Brasil foi "usada" pelo CIMI pra divulgar informações e dados falsos, fabricados, mentirosos, etc.. A vida é dura Verena Glass...

[Reply](#)

Submit a Comment

O seu endereço de e-mail não será publicado. Campos obrigatórios são marcados com *

Comentário

Nome *

E-mail *

Site

[Submit Comment](#)

Repórter Brasil

Quem somos
Equipe
Transparência
Doe para a RB
Contato

Especiais

Eles Mandam
Moendo Gente
Transgênicos
Gentrificação
Meia Infância

Referências

Dados sobre Trabalho Escravo
Publicações
Documentos para pesquisa
Dúvidas do Trabalhador
Comunicar para Mudar

Programas

Jornalismo
Pesquisa
Educação
Documentários



Site desenvolvido por  +

